

Acta de reunião da Direcção da APS com os Departamentos de Sociologia no país

Aos quinze dias de mês de Janeiro de dois mil e sete reuniu-se a Direcção da APS com os Directores de Departamento de Sociologia (ou seus representantes), por iniciativa daquela.

A ordem de trabalhos apresentava os seguintes pontos:

- (i) informações gerais
- (ii) informação, por departamento de Sociologia, sobre a sua situação face ao processo de Bolonha;
- (iii) eventual tomada de posição.

A reunião foi coordenada por Luís Baptista, Presidente da APS, coadjuvado pelos Vice-Presidente Manuel Carlos Silva e pelas Vogais Dulce Magalhães e Margarida Torres. Estiveram presentes Eduardo Esperança e Saudade Baltazar pela Universidade de Évora (UE), Amélia Augusta pela Universidade da Beira Interior (UBI), Gilberta Rocha pela Universidade dos Açores (UAçores), Claudino Ferreira pela Universidade de Coimbra (UC), Emília Araújo pela Universidade do Minho (UM), Luísa Veloso pela Universidade do Porto (UP), Manuel Serafim pela Universidade Lusófona (UL), João Filipe Marques pela Universidade do Algarve (UALG), Rui Pena Pires pelo ISCTE, Rui Santos pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e Mário Lage pela Universidade Católica (UCAT).

Luís Baptista, Presidente da Direcção da APS, após ter saudado a presença dos colegas, prestou algumas informações consideradas úteis:

- (i) a alteração do site da APS e a implementação de um Vortal com acesso diferenciado a conteúdos a não sócios e sócios, devendo ser accionado um novo acesso privilegiado dos sócios a certos conteúdos de cariz mais substantivo;
- (ii) o empenho da Direcção da APS, nomeadamente do seu Presidente e da Ana Romão no desenvolvimento da Rede de Associações Nacionais de Sociologia (RESU) da Europa do Sul, em cuja criação a APS teve um papel relevante;
- (iii) a programação de um painel desta Rede no Congresso da *European Sociological Association* (ESA) no próximo Congresso da ESA em Setembro de 2007 em Glasgow;
- (iv) a organização e a realização pela APS do VIº Congresso Português de Sociologia na Primavera de 2008, para o que a Direcção da APS abrirá espaço à apresentação de propostas aos diferentes Departamentos de Sociologia no país para o acolhimento do evento;
- (v) a presença de Manuel Carlos Silva como membro da Direcção da APS no IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Luanda, em cuja Assembleia foi decidida a integração do Presidente da APS na Comissão Permanente do Congresso e a realização do próximo Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Setembro de 2008 na Universidade do Minho.

Foi também solicitada a opinião dos presentes sobre qual a melhor estratégia e tática a tomar em relação à afirmação, nomeadamente na sequência de um artigo do *Jornal de Notícias* e na TVI, acerca da não empregabilidade dos licenciados nas áreas das Ciências Sociais, colocando a questão se seria oportuno tomar uma posição pública por parte da APS e dos Departamentos de Sociologia ou, eventualmente, ampliar essa posição em conjunto com outras associações congéneres nas Ciências Sociais (Antropologia, Geografia, História).

Seguidamente, o Presidente da APS solicitou que cada Director de Departamento ou seu representante informasse os presentes sobre o processo de adequação e implementação do(s) ciclo(s) nos cursos de graduação e pós-graduação em Sociologia.

Eduardo Esperança e Saudade Baltazar pela Direcção do Departamento da UE informaram que o Curso de Sociologia foi um dos quatro cursos da Universidade que já iniciaram a adaptação ao Processo de Bolonha, contrariando a departamentalização do Curso, abrindo-se a outras áreas disciplinares sem correlativa correspondência e verificando inclusive um fechamento por parte de outras áreas, ou seja, na Bolonização dos cursos surge a tendência para a departamentalização das áreas. Mantendo-se uma sobreposição da antiga e da nova estrutura, o Departamento está a proceder a um mecanismo de transição nas equivalências de unidades curriculares. Implementará um mestrado de fileira na expectativa de as propinas serem de montante igual às do primeiro ciclo. Os percursos são similares, sendo introduzidas sociologias especializadas no segundo ciclo ou, quando muito, só no último ano do primeiro ciclo (Recursos Humanos e Desenvolvimento, Aprofundamento da Sociologia, Métodos e Estudos de Mercado e Políticas Sociais). Em relação ao terceiro ciclo, ainda não foi apresentado o respectivo plano. Quanto à avaliação do processo é ainda prematuro fazê-lo, mas, no que concerne a posição política a adoptar pelos Departamentos em conjunto com a APS, o Departamento de Sociologia da UE, avaliando o risco de liberalização e, em particular, considerando a desvalorização das ciências sociais pelos *media* reforçada pelos sinais políticos emitidos pelo próprio Governo, é de parecer favorável a que se tome uma posição de força conjunta de todos os departamentos com a APS.

Amélia Augusto pelo Departamento de Sociologia da UBI informa que, por razões diversas, não foi iniciado o processo de adequação, estando em fase de apresentação dos planos do primeiro e do segundo ciclo junto do Ministério para aprovação, contando que tal tenha início em 2007-2008. No que diz respeito ao terceiro ciclo, foi dada a indicação de articular projectos de terceiro ciclo na UBI com Departamentos doutras Universidades, ou seja, importa, na sua expressão "romper o quarto de cada um e fazer um grande salão". Bolonha é apresentada como grande oportunidade mas não se sabe se o é. Quanto à ideia do desemprego nos licenciados, não foram tidos em conta pelo MCTES os Relatórios de Avaliação Externa.

Gilberta Rocha pelo Departamento de Sociologia na UAçores informa ter-se iniciado o processo de adequação ao Protocolo de Bolonha com um primeiro ciclo de três anos, reservando para o segundo ciclo o plano de um Mestrado em Ciências Sociais, portanto aberto a outras áreas do saber. Em relação ao terceiro ciclo, considera que este será articulado com outras Universidades, dado só existirem seis doutorados no Departamento. De resto, vê o processo de implementação de Bolonha pela positiva, é favorável a uma normalização das designações, sugere a criação de um Observatório sobre empregabilidade em Sociologia e acha sensato não embarcar numa declaração conjunta com outras associações congéneres doutras áreas de Ciências Sociais, alegando que a empregabilidade em várias delas é menos favorável que na área da Sociologia, e por isso haveria dificuldade de articulação neste plano.

Emília Araújo pelo Departamento de Sociologia da UM informa que, uma vez aprovada pelo Ministério a adequação do primeiro ciclo em Sociologia ao Protocolo de Bolonha, se iniciou, em 2006-2007, a implementação do mesmo com um plano de transição, tendo sido enviado para aprovação superior o plano do segundo ciclo. Quanto ao terceiro ciclo, mantém-se um clima de incerteza, atendendo à dependência da aprovação deste ciclo numa futura instituição de creditação e da articulação da aprovação dos planos de terceiro ciclo com a avaliação do centro de investigação.

Luísa Veloso pelo Departamento de Sociologia da UP informa que prevê o início da implementação do primeiro e do segundo ciclo para o próximo ano 2007-2008, prefigurando-se para o segundo ciclo um percurso mais científico e um outro mais profissionalizante, devendo também ser aplicado um mapa de equivalências do antigo para o novo curso.

João Filipe Marques pelo Departamento de Sociologia da UALG considera que, tendo o ano 2005-2006 sido o último ano da primeira "leva" de licenciados em Sociologia, a implementação do Processo de Bolonha para o próximo ano de 2007-2008 é uma oportunidade de fazer um balanço. Prevê-se um curso de banda larga para o primeiro ciclo, que manteve as disciplinas de Sociologia do Turismo, do Território,

das Organizações e da Família enquanto sociologias especializadas. As restantes serão, eventualmente, remetidas para o 2º ciclo.

Manuel Serafim pelo Departamento de Sociologia da ULusófona informa que prevê a implementação de três ciclos, estando já a funcionar o primeiro ciclo, regista que há um entusiasmo por parte dos alunos em torno deste novo modelo de três anos de licenciatura. Embora seja cedo para fazer qualquer avaliação, o colega representante da ULusófona considera que se deve apostar na Sociologia, não devendo os próprios Departamentos entrar numa via de transições facilitistas.

Rui Pena Pires pelo ISCTE informa que foram feitas as adequações no primeiro ciclo com três anos (180 ECTS), no segundo com dois anos (120 ECTS) e no terceiro ciclo enquanto programa para doutoramento: o primeiro ciclo permite a obtenção de um Diploma de Estudos Superiores ou licenciatura, o segundo a obtenção de Mestrado de fileira (Sociologia, Comunicação, ...), havendo também Mestrados temáticos (Família e Sociedade, Educação e Sociedade). Estão também em funcionamento Cursos de formação avançada, tendo por base a articulação dos programas de doutoramento certificados com o CIES como estrutura de investigação. Embora inicialmente se aplicasse o mesmo montante de valor das propinas para os três ciclos, a última proposta vai no sentido de liberalizar o valor das propinas no segundo e no terceiro ciclo devido aos problemas de financiamento, cujos critérios não são (ainda) totalmente claros e cujas regras estão a mudar.

Rui Santos pelo Departamento de Sociologia da UNL informa que está a ser implementado o primeiro ciclo com 180 ECTS (sociologia como major e 30 ECTS como minor com opção livre). A receptividade dos alunos foi boa. O segundo ciclo está em processo de aprovação ainda não está em vigor e o terceiro está em fase incipiente de discussão. Considera problemático que seja necessário um quarto ano para a habilitação mínima como sociólogo, pois não se pode confundir grau com empregabilidade. A este respeito reforça a ideia da criação de um Observatório, sendo de desencorajar qualquer tomada de posição em torno da boa empregabilidade dos licenciados em Sociologia, pois, mesmo na eventualidade de haver 90% de empregabilidade, os meios de comunicação social colocariam em caixa de jornal que há 10% de sociólogos desempregados!

Mário Lage da Universidade Católica informa que há uma estrutura de ensino em Ciências Humanas com dois cursos: curso de Sociologia e curso de Serviço Social, beneficiando este do curso de Sociologia. Entre 12 a 18 meses há disciplinas comuns em Ciências Sociais. O curso de Sociologia tem 50% de ECTS em disciplinas nucleares e 33% de ECTS em especializações. Em todo o caso, as especializações apenas serão dadas no segundo ciclo e ainda não se pensou no terceiro ciclo.

Claudino Ferreira pelo Departamento de Sociologia da UC informa que o início do primeiro ciclo de três anos só terá lugar em 2007-2008, assim como o segundo e o terceiro ciclos. O primeiro ciclo será mais de formação prática, seguido de um mestrado de fileira (com 2/3 de unidades curriculares obrigatórias e 1/3 optativas), havendo também a oferta de mestrados temáticos. Não está previsto qualquer plano de equivalências, de modo que o segundo ciclo começaria a partir do zero, se bem que, perante observação do vice-presidente da APS, considerou que esta posição não é definitiva, devendo prever-se um esquema de equivalências do antigo para a nova estrutura do curso. Quanto a uma eventual tomada de posição conjunta sobre questões de empregabilidade dos licenciados em Sociologia, a APS deve ser contida, não assertiva nem pretender que haja qualquer certificação de competências. Eduardo Esperança contrapõe que, considerando a máquina de propaganda do governo, importava elaborar um documento a dirigir ao CRUP. Rui Pena Pires replica que faça-se o que se quiser, o Ministério irá com base nos dados do IEFP mostrar o número de desempregados em Sociologia. Mais interessante seria levar a cabo o referido Observatório e monitorizar a situação dos recém-licenciados e inclusive apresentar um projecto à FCT sobre o assunto da empregabilidade. De resto, não interessa pensar em criar qualquer tipo de Ordem para os Sociólogos, pois é o próprio Ministro que não as valoriza. Bolonha não tem modelo pedagógico, ou seja, não se aplica.

Luísa Veloso considera importante tomar posição conjunta no respeitante à formação e sobre outras questões como a do financiamento. Manuel Carlos Silva reforça esta posição, considerando que, independentemente de o Ministro valorizar ou não as Ordens, as existentes, particularmente algumas delas, contam na prática e são tidas em conta pela tutela. O erro inicial neste processo foi ter designado ou assumido a nomenclatura de licenciatura para um diploma de primeiro ciclo de três anos, pois uma licenciatura em três anos não é idêntica a uma licenciatura de quatro ou cinco anos. Lamentável foi também que não tivesse havido um conjunto de directrizes gerais por parte do MCTES. O critério da empregabilidade é importante mas pode funcionar como uma armadilha. Em termos da relação entre a APS e os Departamentos, considera necessário manter o intercâmbio de posições para, se possível e quando necessário, poder ser tomada uma posição conjunta.

O Presidente da APS, após ter registado as diversas posições – aliás não coincidentes –, considera não haver de momento condições para uma tomada de posição conjunta mas espera que se mantenha esta plataforma e sobretudo solicita que cada Departamento destaque uma pessoa no sentido de recolher trabalhos já efectuados sobre a empregabilidade dos sociólogos e de se criar a este respeito um Observatório para efeitos de monitorização e análise em torno da empregabilidade dos sociólogos e que poderá vir a ser dinamizada a partir do Vortal da APS.

Assinam o Presidente da APS e o Vice-Presidente que a secretariou,

Luís Baptista (Presidente da APS)

Manuel Carlos Silva (Vice-Presidente da APS)